

A CONTRIBUIÇÃO DOS COLETIVOS TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO E FRENTE NEGRA BRASILEIRA PARA A EDUCAÇÃO POPULAR E EJA

Bruna Rocha Ferraz¹

Gilberto Luiz Lima Barral²

Resumo: Este artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica em caráter exploratório, na qual se buscou brevemente extrair algumas características da educação popular em experiências educacionais de entidades negras, nos primeiros anos da república brasileira. O texto dialoga com as contribuições dos autores Cruz (2005), Romão (2005), Silva e Araújo (2005), Araújo (2007), e Brandão (2009), dentre outros (as). Considerando as experiências de alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva da educação popular de matriz afro-brasileira, conclui-se pela necessidade de estudos mais focalizados no tema, dada a relevância da produção de conhecimento e saberes por entidades negras (Teatro Experimental do Negro e Frente Negra Brasileira), que em muito enriqueceram a própria história da educação popular.

Palavras-chave: Teatro Experimental do Negro. Frente Negra Brasileira. Educação Popular. Educação de Jovens e Adultos.

THE CONTRIBUTION OF THE COLLECTIVES TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO AND FRENTE NEGRA BRASILEIRA FOR POPULAR EDUCATION AND YOUTH AND ADULT EDUCATION

Abstract: This article results from an exploratory bibliographic research, which aimed at briefly drawing some characteristics of popular education in educational experiences of black entities in the early years of the Brazilian Republic. The text dialogues with the contributions of authors such as Cruz (2005), Romão (2005), Silva and Araújo (2005), Araújo (2007), and Brandão (2009), among others. Considering the experiences on youth and adult literacy, from a popular education perspective based on an Afro-Brazilian background, it is concluded that there is a need for more studies in the theme, given the relevance of the production of knowledge by black entities (Teatro Experimental do Negro and Frente Negra Brasileira) that greatly enriched the history of popular education.

Keywords: Black Experimental Theater. Brazilian black front. Popular education. EJA.

¹ Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Pedagogia (UnB). Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). Endereço Eletrônico: brunaferraz20@hotmail.com.

² Doutor em Sociologia (UnB). Graduado em Sociologia (UFMG). Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). Endereço Eletrônico: gilbarral@hotmail.com.

Introdução

*Às vezes se tem uma certa nostalgia do passado/
achando que tudo o que poderia, já foi dito.*

Frantz Fanon

O artigo tem como objetivo apresentar brevemente a experiência política e pedagógica do Teatro Experimental do Negro e da Frente Negra Brasileira, protagonizada pelo negro brasileiro nos anos iniciais da República. Esses movimentos buscavam uma real inserção no campo educacional. Considera-se que essas ações caminharam no mesmo horizonte crítico e emancipatório proposto pela educação popular sistematizada pelo pesquisador Brandão (2009).

Consideramos aqui que as experiências de alfabetização de adultos, em uma perspectiva da educação popular de matriz afro-brasileira necessitam de estudos mais detidos, dada a relevância que esse conhecimento traz para o histórico e o enriquecimento da própria educação popular. Brandão (2009) afirma que o projeto educativo de educação popular considera a resistência e a construção contra-hegemônica, em uma perspectiva de autonomia dos sujeitos no processo histórico. As experiências educacionais na perspectiva do negro brasileiro utilizaram-se de diversas linguagens pedagógicas, que caminharam nesse horizonte libertário.

De fato, não existe uma educação popular branca e uma educação popular negra. A questão colocada aqui como reflexão serve para se repensar a contribuição das ricas experiências emancipatórias, na perspectiva do coletivo negro à história da educação popular. Embora a educação popular venha centralizando suas pautas em um viés de classe, é convidada aqui a considerar as especificidades ligadas ao recorte racial.

O problema da ausência de abordagens históricas sobre o percurso educacional do negro no Brasil desvela a perspectiva eurocêntrica da nossa historiografia oficial. Os autores Silva e Araújo (2005, p. 66) afirmam que existem poucos estudos no que diz respeito aos processos de escolarização dos negros no período pós-abolição. As experiências educativas escolares e não escolares dos afro-brasileiros foram tratadas, no campo histórico, como assunto menor e de pouca relevância.

Dessa forma, o movimento da educação popular deveria considerar as especificidades ligadas ao recorte racial como um importante capítulo da

sua história. Este artigo dialoga com as contribuições de Cruz (2005), Romão (2005), Silva e Araújo (2005), e Araújo (2007), dentre outros autores (as) que trazem elaborações teóricas sobre alguns elementos da história da educação do negro, que nos permitem fazer esse profícuo diálogo.

Em termos metodológicos, realizamos uma pesquisa bibliográfica (LAVILLE; DIONNE, 1999) em caráter exploratório, em que se buscou extrair algumas características da educação popular em experiências educacionais de entidades negras no período recortado. Em termos didáticos, o texto está organizado da seguinte forma: primeiro demonstra-se o quadro das desigualdades educacionais do grupo social negro na atualidade; em seguida é realizada a discussão sobre a educação popular em uma perspectiva afro-brasileira, mostrando a existência de grupos de alfabetização de cunho popular realizados por entidades negras nos primeiros anos da República, como uma forma de emancipação dos sujeitos negros marginalizados socialmente; uma terceira parte traz uma breve consideração sobre a importância da educação para o negro brasileiro desde o período escravista; em seguida, apresentam-se as considerações finais.

O quadro das desigualdades educacionais do grupo social negro na atualidade

O quadro das desigualdades educacionais do grupo social negro merece um tratamento epistemológico detido, dada a persistência de desigualdades apresentadas em diversos níveis de ensino. Denise Carreira (2014) aponta os dados do Censo/IBGE nos quais o número de pessoas analfabetas, entre jovens negros de 15 a 29 anos, é mais do que duas vezes e meia maior do que entre brancos. Isso comprova que o negro em idade adulta é ainda maioria entre os analfabetos e/ou com pouca escolaridade. Para Garcia, o “analfabetismo tem, sem dúvida, raízes no escravagismo e na exclusão social e para acrescentar, diríamos, nas práticas racistas cotidianas e no mito da democracia racial que ainda persistem” (GARCIA, 2007, p. 50).

É necessário considerar que historicamente as oportunidades educacionais entre negros e não negros foram extremamente discrepantes. Acrescente-se ao problema o passado escravista desumanizador da população negra, em que direitos básicos foram violados de forma prolongada. Assim sendo, para Araújo,

A não efetivação das reformas agrárias e educacionais após a abolição da escravatura relegou a grande massa da população negra ao abandono e à conformação de suas redes sociais em territórios específicos, então caracterizados pela falta de investimentos públicos e pela demarcação social regida por teorias raciais discriminatórias (ARAÚJO, 2007, p. 46).

Podem-se perceber reflexos dessa desigualdade educacional no desnível de escolarização dos negros brasileiros que, em diversas modalidades de ensino regular, apresenta números inferiores comparados à escolarização da população branca, que se encontra em patamares superiores.

O grupo social negro possui grande representatividade na educação de jovens e adultos (EJA), modalidade de ensino que abarca, em sua maioria, estudantes que não tiveram oportunidade de frequentar a escola regular na idade apropriada, ou passaram por processos de interrupções em suas trajetórias devido a fatores diversos. Esse dado racial na EJA não pode ser interpretado de forma isolada e nem justificado como obra do acaso. Pode-se afirmar que uma convergência de fatores culminou em desigualdades materiais, proveniente de um passado. Nesse sentido, Carreira afirma que:

Não é possível desconsiderar que a história da EJA no Brasil está intrinsecamente conectada aos impactos históricos do racismo na sociedade e na educação brasileiras, racismo aqui compreendido de forma ampla pela negação do outro, pelo não reconhecimento pleno da condição humana àquelas e àqueles considerados diferentes em decorrência de determinadas características físicas ou heranças culturais. Racismo que contribuiu para retardar ao longo do século XIX e começo do século XX a emergência de um projeto nacional e republicano de educação, justificado pelo fato de a maioria da população ser negra (CARREIRA, 2014, p. 211).

Dessa forma, há necessidade de se retomarem momentos da história do percurso histórico do negro na educação que nos permitam construir um olhar diferenciado para a questão da desigualdade racial na educação. O grupo social negro, atualmente, é presença significativa nos movimentos de educação popular que buscam, criticamente, emancipação e real integração social dos sujeitos injustiçados socialmente. E o seu passado histórico tem muito a nos ensinar.

A história da educação popular de matriz afro-brasileira

Observamos pela trajetória histórica da população negra que, já algum tempo, os negros vêm caminhando na perspectiva conhecida como *educação popular*. A educação popular, do ponto de vista afro-brasileiro, traz a dimensão cultural no processo de conscientização do negro marginalizado. Brandão (2009) afirma que a educação popular é concebida como um trabalho político de luta pelas transformações sociais, como emancipação dos sujeitos, democratização e justiça social. O sujeito não sendo conscientizado por sua própria cultura, não poderá sê-lo por qualquer outro meio usual na conjuntura da dominação (BRANDÃO, 2009, p. 61).

A educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares por meio da educação. Ela pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular (BRANDÃO, 2009, p. 27). Historicamente, organizações negras, desenvolveram uma perspectiva popular sob a perspectiva da população negra, configurando-se em uma luta contra-hegemônica através de processos educativos, que visavam à superação da sua condição de oprimido em uma sociedade racista.

Ainda, segundo Araújo,

Sob a concepção de que a educação seria um instrumento de inclusão e ascensão social do negro, as organizações negras da Primeira República (re)inauguraram, ainda que precariamente, escolas e cursos de alfabetização, cujas concepções centravam, num primeiro momento, a prática formal e profissionalizante. Era uma reação às barreiras sociais impostas ao acesso ao saber escolarizado e ao mercado de trabalho. Posteriormente essa educação serviria como instrumento político, ponto de mobilização e resistência contra as discriminações raciais que promoviam a interdição da cidadania plena (ARAÚJO, 2007, p. 39).

As escolas das associações negras também surgem, no contexto dos inícios do século XX, como uma estratégia de conscientização, organização, luta e conquista na disputa por melhores condições sociais. Romão (2007) relata experiências importantes em educação e cultura no período, informando que

Nas décadas de 30 e 40 do século passado, inscreveram na história da educação popular de matriz afro-brasileira duas experiências que se tornaram referência para o movimento negro brasileiro, em especial, para o campo da educação e das relações raciais no Brasil. Trata-se das experiências da Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em São Paulo, no ano de 1930, e do Teatro Experimental do Negro (TEN) (ROMÃO, 2007, p. 117).

O Teatro Experimental do Negro, por exemplo, foi um projeto de educação popular proposto por Abdias do Nascimento, no qual havia a realização de ensaios de peças e curso de alfabetização de adultos. O idealizador do projeto havia constatado que no Brasil, a representação de personagens negros era encenada por personagens brancos grotescamente pintados com tinta preta. Essa atitude expressava o racismo sendo configurado também no campo artístico. Sobre o Teatro Experimental do Negro, historiciza Costa:

Em 1944, iniciou as suas atividades no Rio de Janeiro o Teatro Experimental do Negro, que marcava uma reação contra a ausência dos negros nos palcos brasileiros. Estava em voga os atores brancos pintados de negros ou de negros constantemente em papéis de simples figuração, muda na maioria das vezes. Como acontece em ocasiões semelhantes, alguns tacharam a iniciativa de provocadora e racista (COSTA, 2004, p. 211).

Abdias do Nascimento logo considerou a importância da conscientização crítica e da problematização das desigualdades sociais e raciais pelos próprios negros brasileiros, no sentido de buscarem coletivamente seus próprios caminhos de superação. O trabalho político-pedagógico de alfabetização de adultos protagonizado pelo próprio negro demonstra o objetivo em desenvolver a constituição do sujeito negro, como sujeito coletivo que transforma a sua própria história. Como afirma Romão,

A educação no Teatro Experimental do Negro não encontra relação simplesmente com a escolarização. A educação do Teatro Negro incorporou ao projeto: a perspectiva emancipatória do negro no seu percurso político e consciente de inserção do mercado de trabalho (na medida em que pretendia formar profissionais no campo artístico do teatro); na dimensão da educação educativa e política e, na dimensão política, uma vez que o sentido de ser negro foi colocado na perspectiva da negação da suposta inferioridade natural dos negros (ROMÃO, 2005, p. 119).

A educação pessoal e a educação “da gente negra” encontram lugar também na trajetória de Ironildes, como professor de alfabetização – de adultos – no Teatro Experimental do Negro. O ensino era destinado a operários, domésticas, negros e brancos de procedência humilde, dando

relevância para diversas outras causas de grupos marginalizados socialmente³.

Alguns debates propostos no curso da experiência de educação popular negra tratavam de temáticas emergentes, que faziam parte de uma realidade imediata vivenciada pelos sujeitos envolvidos: educação da juventude negra, racismo na educação, mulheres negras e trabalho, dentre outros desdobramentos que surgiam de temas mais amplos, que abarcavam inúmeras outras questões.

Os temas eram extremamente pertinentes ao universo vivencial dos sujeitos envolvidos nesse processo e as ações interventivas, advindas de práxis política e pedagógica, proporcionavam resultados exitosos. Muita contribuição prestaram os integrantes do Teatro Experimental do Negro à cultura brasileira e à educação popular.

A Frente Negra Brasileira, por sua vez, foi uma associação que reivindicava, de forma bastante articulada, os direitos negados aos negros brasileiros. A mesma foi fundada no dia 16 de setembro de 1931, tratava-se de uma união política e social de pessoas negras em âmbito nacional, no intuito de lutar por direitos negados historicamente no campo social. Ela, assim como o Teatro Experimental do Negro, possuía uma rica experiência no campo da educação de crianças, jovens e adultos.

Por meio dessa experiência, observa-se que as associações e entidades negras do século passado não queriam mais ver o seu grupo étnico-racial composto por pessoas analfabetas, alienadas e imobilizadas diante das injustiças sociais e raciais. O conhecimento era, então, sinônimo de empoderamento afirmativo de si. A educação seria um instrumento de progresso, luta por direitos e participação na sociedade brasileira. Não obstante existir certa precariedade, havia toda uma estrutura organizacional. Conforme Araújo,

Mediante informações do jornal *A Voz da Raça*, o Departamento de Educação e Instrução da FNB pode ter sido consolidado com a organização dos cursos de alfabetização de adultos, a partir de 1932, e da escola primária, a partir de 1934. Os cursos de alfabetização eram noturnos, dirigidos a negros e a “todos os

³ Segundo Romão (2005, p. 120), Ironildes Rodrigues, nascido no dia 7 de setembro de 1923, em Minas Gerais, durante a sua existência esteve comprometido com reflexões acerca das relações sociais e raciais. Perfez uma trajetória com bastante percalços para finalmente se formar no curso de Direito. Pensador e professor do curso de alfabetização de adultos no Teatro Experimental do Negro, no qual foi um membro bastante ativo, deixou uma importante marca na história desse movimento.

interessados que dele queiram tirar proveito”, homens e mulheres, associados ou não. O curso enfrentava dificuldades materiais e físicas: era ministrado “em salinhas acanhadas” com bancos toscos e mesas de caixão, isso mesmo custeado por bolsa de particulares (ARAÚJO, 2007, p. 47).

Também não bastava apenas ensinar a ler e a escrever. Concomitante a isso, era necessário politizar e trabalhar no sentido da afirmação identitária do negro, visando sua formação para o enfrentamento de questões raciais e transformação da realidade objetiva. Como se entrevê, parece ser de longa data a preocupação dos coletivos negros em imprimir à educação uma conotação positiva, no que se refere às historicidades do grupo étnico-racial pertencente, em contraposição ao eurocentrismo dominante. A luta para incluir no currículo oficial aspectos da cultura negra de modo afirmativo, já era uma frente educacional dos coletivos negros desde o início do século passado. Como informa Gomes,

Desde o início do século XX, as associações negras desenvolvem estratégias e práticas educativas em prol da comunidade negra. Os (as) jovens e os (as) adultos impedidos e excluídos do sistema escolar faziam parte do conjunto de preocupações dessas organizações. Estes grupos, por meio das mais diversas ações, além de denunciarem o racismo, visavam preencher uma lacuna deixada pelo Estado brasileiro em relação aos processos educativos escolares voltados para o segmento negro da população (GOMES, 2005, p. 95).

Essa autora também situa alguns estudos apontando que jornais publicados por entidades negras no início do século XX, direcionados para a população negra, possuíam informações sobre a existência de escolas mantidas por entidades negras sem qualquer participação do Estado. Tratava-se, segundo ela, de uma preocupação central de entidades negras: a educação para sua etnia. De tal modo,

A alfabetização de adultos era uma preocupação constante das entidades negras da época. Vários artigos e publicações dos clubes e associações negras do início do século passado indicavam a necessidade de políticas públicas de educação voltadas para o povo negro e a importância do domínio tanto dos adultos quanto das crianças do ato de ler, escrever e contar. Alguns ensinavam à população como proceder para se matricular nos cursos e davam conselho no sentido de que se abrisse mão das horas de lazer para se dedicar ao estudo (GOMES, 2005, p. 95).

A importância da educação para o negro desde o período escravista

A educação sempre foi algo muito caro à população negra e seus anseios de inserção no campo educacional e ascensão social sempre foram uma constante. Mesmo durante o Império, já era comum a preocupação dos negros em apropriarem-se dos saberes na forma escolar oficial. Queiroz afirma que desde o período escravista, há dados sobre a existência de negros alfabetizados, sendo que os mesmos apresentavam características de exímios estrategistas na luta contra sua condição. Assim, essa autora afirma que

[...] muitos professavam o islamismo e eram alfabetizados, como se vê pelo que expõe uma autoridade da Bahia em 1835: “vão quase todos sabendo ler e escrever em caracteres desconhecidos que se assemelham ao árabe”, e dispõem de “muitos livros, alguns dos quais dizem serem preceitos religiosos tirados de mistura de seitas, principalmente do Alcorão”. Embora valorizados por tais atributos, eram também mais temidos, pois dispunham de melhores condições para organizar-se e promover rebeliões (QUEIROZ, 1990, p. 19).

Luz nos traz o caso de negros malês escravizados na Bahia que já dominavam a leitura e a escrita, fato que colocava em cheque a própria ideia de civilização “comprada” pela elite branca baiana. Para esse autor,

Ao analisar a valorização da leitura e da escrita árabe entre os malês na Bahia, para uma sociedade cujo grupo dominante (os brancos) continuava predominantemente analfabeto, não deve ter sido fácil aceitar que escravos africanos possuíssem meios sofisticados de comunicação. Naquele contexto, de acordo com os valores europeus que predominavam entre a elite baiana, escrever era um sinal indiscutível de civilização, e os africanos eram situados no universo da barbárie, da pré-escrita (LUZ, 2007, p. 66).

Pode-se perceber, entre os negros trazidos escravos ao Brasil, uma dimensão cultural letrada. Além do mais, a ação educativa aparecia como um importante mecanismo emancipatório. Os negros não poupavam esforços em buscar a escolarização. Contudo, é importante frisar que a própria ausência de registros e informações históricas sobre a educação de negros no país, desde sempre, possui um viés ideológico, racista e classista.

Assim, as disparidades educacionais foram perpetuadas por meio de barreiras racistas impostas pela sociedade brasileira, em vários períodos históricos, de forma ininterrupta, acarretando prejuízos na vida social, política, cultural e econômica do negro. A escolarização e o aumento do nível

intelectual por parte da elite branca eram também uma forma de distinção social, vinculada ao desejo da manutenção das relações de poder entre brancos e negros. Nas palavras de Silva e Araújo,

Entende-se que a escola “apropriada” pelas classes dominantes perpetuava-se como vantagem competitiva das elites, preservando o *status quo* destas mesmas classes em detrimento da educação das populações negras rurais e/ou urbanas, cujas condições de trabalho e isolamento dificultavam, mas não eliminavam, as manifestações de descontentamento (SILVA; ARAÚJO, 2005, p. 71).

O movimento negro, atuante no período pós-abolição, teve um papel preponderante em favor da educação, quando o mesmo acreditava que esse seria um caminho promissor para a real integração do negro na sociedade brasileira, de uma maneira crítica e contestadora.

O legado da escravidão deixou atrasos consideráveis no quesito educação. Os negros tinham a expectativa de que com o fim do sistema escravista, eles pudessem também ser inseridos de uma forma ampla em processos de desenvolvimento intelectual e moral que lhes permitissem a sua integração social sem discriminações. O poeta Luiz Gama, por exemplo, sempre associou o fim da escravidão à luta contra a discriminação racial, pela educação formal e cidadania negra. Ademais, Araújo (2007) afirma que a segregação da população negra e o impedimento se faziam presentes no acesso ao ensino elementar de crianças, jovens e adultos já no começo da década de 1920.

Considerações finais

É imperioso considerar que, após 128 anos da abolição da escravidão, os descendentes dos negros escravizados ainda lutam por medidas compensatórias na área da educação, para que se reduzam as consequências impostas no passado e se igualem as oportunidades que precisam ser oferecidas a todos, sem distinção de nenhuma natureza. Diante desse quadro de opressão racial, tornou-se necessária a implantação de políticas de ação afirmativa no Brasil como um meio de compensar a população negra pelas dificuldades impostas durante séculos (VIEIRA, 2003, p. 93).

Como apresentado acima, a luta pela educação dos negros é histórica, portanto permeada de contradições, daí é fundamental que ela seja

um importante capítulo na história e na luta da educação popular de adultos, por todas as especificidades e os ricos elementos que ela nos descortina e nos ensina: outras e novas experiências em educação popular engendradas na perspectiva negra.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ARAÚJO, Márcia Luiza Pires de. A escola primária da Frente Negra Brasileira em São Paulo (1931-1937). In: OLIVEIRA, Iolanda de *et al.* (Org.). *Negro e Educação 4* linguagens, resistências e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa; ANPED, 2007

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cultura rebelde*: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

CARREIRA, Denise. Gênero e Raça: a EJA como política de ação. In: CATELLI Jr., Roberto *et al.* (Org.). *A EJA em xeque*: desafios das políticas de educação de jovens e adultos no século XXI. São Paulo: Global, 2014.

COSTA, Haroldo. O negro nas artes cênicas. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *História do negro no Brasil – O negro na sociedade brasileira*: resistência, participação, contribuição. v. 1. Brasília: Fundação Cultural Palmares; 2004.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GARCIA, Renísia Cristina. Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira:1993-2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Org.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LUZ, Itacir Marques da. Compassos letrados: profissionais negros entre a instrução e o ofício em Pernambuco (1830-1860). In: OLIVEIRA, Iolanda de *et al.* (Org.). *Negro e Educação 4*: linguagens, resistências e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa; ANPED, 2007.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra no Brasil*. SP: Ática, 1990.

ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escola dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e ações afirmativas*: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

Recebido em: 03/11/2017

Aprovado em: 15/12/2017